

Revista
Expressão
Católica

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
CONFESSIONAL**

Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim
Maria Dias Cavalcante Vieira

RESUMO

Envolto no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), surge o trabalho aqui apresentado como movimento de análise da realidade vivida à luz de reflexões teóricas. Este estudo possui uma perspectiva que trata sobre a IES confessional com um olhar direcionado sobre a gestão. Desta forma, para elaboração deste optou-se por um estudo exploratório tendo como principal objetivo a reflexão sobre conceitos e ideias, seguindo os procedimentos de uma investigação bibliográfica. As discussões apresentam-se divididas em três momentos que contemplam: o contexto histórico da educação superior no Brasil; a gestão e a IES confessional; as políticas educacionais e aspectos legais. Observa-se que não existe um modelo que se adéque perfeitamente a uma IES confessional, toda a vivência da instituição esta envolta na realidade onde está inserida, apresentando, assim suas particularidades. Os resultados, obtidos pelo ainda tímido tratamento sobre o assunto, observado na busca de materiais que tratam da gestão da IES confessional, apontam a necessária a reflexão sobre este tema.

Palavras-chave: Gestão. Reflexão. IES Confessional.

ABSTRACT

Wrapped in the context of Higher Education Institutions (HEIs), the work presented here appears as motion analysis of the reality in the light of theoretical reflections. This study has a perspective that comes on the IES confessional with a gaze focused on management. Thus, for preparing this we chose an exploratory study with the primary objective reflection on concepts and ideas, following the procedures of a literature search. The discussions are presented divided into three phases which include: the historical context of higher education in Brazil; management and HEIs confessional; educational policies and legal aspects. It is observed that there is no one model that fits perfectly to a HEIs confessional, the whole experience of this institution shrouded in reality where it is inserted, showing then its peculiarities. The results, obtained by treatment still shy on the subject, noted in search of materials that deal with the management of HEIs confessional, indicate the necessary reflection on this theme.

Keywords: Management. Reflection. HEIs Confessional.

1 INTRODUÇÃO

O censo de ensino superior, realizado em 2010 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresenta o aumento do credenciamento das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Este cenário revela a necessidade de uma discussão mais apurada acerca da temática da Gestão educacional realizada nas atuais IES. Neste contexto, o presente artigo busca refletir sobre as técnicas e práticas de gestão que geram benefícios e proporcionam melhoras para a qualidade e a produtividade da oferta dos serviços educacionais, a partir da reflexão sobre a avaliação externa promovida pelas políticas atuais.

Neste sentido, entendendo a importância do tema e do estudo mencionados, da identificação com o tema de estudo, sendo a IES uma organização com uma grande interação com a comunidade local e seu entorno, com o compromisso de formar cidadãos, por meio da promoção do conhecimento, do seu papel e seriedade para o desenvolvimento da região, da sua preocupação com a conjuntura considerada, da sua identidade associada às especificidades da sociedade que a integra, foi escolhida a Instituição de Ensino Superior Confessional, ou seja, pela peculiaridade que tem como negócio central a promoção do conhecimento, caracterizada como entidade que declara seu credo podendo ou não ser beneficente de assistência social (filantropia), sem fins lucrativos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por um estudo exploratório, tendo como principal objetivo a reflexão sobre conceitos e ideias, seguindo os procedimentos de uma investigação bibliográfica, desenvolvida através de consultas a material constituído principalmente de livros e artigos científicos (MOREIRA; CALEFFE, 2006).

Tal análise reflexiva da situação teórica e prática da gestão da educação superior possui foco na IES confessional e se estrutura nos seguintes pontos: contexto histórico da educação superior no Brasil; gestão e a IES confessional; políticas educacionais e aspectos legais; considerações finais e referências.

Assim, torna-se primordial pensar a educação superior, observando sua gestão, como elemento que compõe uma das pilastras de sustentação da IES, também, articulada a outras estruturas essenciais, resultando na qualidade a qual se propõe a Instituição.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A evolução do ensino superior no Brasil, vista sobre uma perspectiva histórica, tem suas raízes no ano de 1808, quando D. João assina os atos de criação das escolas médico cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 1989). Neste momento, nasce um modelo isolado e profissionalizante. Em 1912, surge no Paraná a primeira universidade do País e em 1920 é criada a tão sonhada Universidade do Rio de Janeiro, que mais tarde viria a ser chamada a Universidade do Brasil. Assim vamos percorrendo o tempo e o espaço e constatando o crescimento da rede.

O censo da educação superior nos mostra que no período de 1997/2006 o número de IES cresceu 152% (n= 2270) e destas, 193% (n= 2022) constituem a rede particular. Porém a partir deste momento houve um desaceleramento deste processo sendo importante registrar que este dado tem uma coincidência com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. A LDB reconhece a fragilidade de espaço de formação superior quando constata que apenas 8% da população o possui e que a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 26%, com a agravante de que o Brasil quando comparado à América Latina, se encontra abaixo do México (15%), da Argentina (14%) e do Chile (13%).

Pode-se observar que os patamares de crescimento estabelecidos pela OCDE passam por uma análise dos processos de gestão e pela busca de um fazer diferente, criativo e inovador não só para atrair e manter cada vez mais alunos, mas principalmente para aprimorar a qualidade do futuro profissional, para que este possa efetivamente colaborar com o desenvolvimento do País.

Observamos também que a iniciativa de refletir sobre as universidades recebeu influência de organismos externos e surgiu a partir da necessidade de melhoria da educação nos princípios do mercado, e também em atendimento às imposições de ordem econômica.

É importante justificar a relevância acadêmica da presente pesquisa. Em consulta às diversas fontes relativas a pesquisas recentes sobre a temática, nos diversos meios eletrônicos, foi possível encontrar alguns indícios de interesse pelo assunto, em 8 publicações referentes à temática gestão da IES confessional, assim, percebe-se como ainda é escassa a discussão sobre a temática.

Percebendo o contexto atual inserido na realidade da IES, Ramos et al. (1994, p. 2) explicitam que “como toda a sociedade brasileira, a Universidade atravessa uma profunda crise. Esta crise é fundamentalmente uma crise de identidade, que se aguça com a carência econômica/financeira e com a onda de descrédito pela qual a mesma vem atravessando”. Afirmam ainda que, em períodos de crise é que o “cuidado e o esforço em tomar decisões acertadas devem ser redobrados” (Idem, 1994).

Esta crise que se volta para novos desejos e anseios de uma sociedade em mudança, que em sua situação atual busca novas respostas que trazem o desafio de gestão para as IES.

3 UM OLHAR SOBRE A CONCEPÇÃO DE GESTÃO NA IES CONFSSIONAL

Na contemporaneidade o termo gestão é muito discutido em vários âmbitos da sociedade. Em se tratando de gestão da educação muitas são as óticas existentes. Alguns pesquisadores referem-se à gestão administrativa de uma instituição e outros aos processos pedagógicos e administrativos. Apropriando-se dos conhecimentos de Bordignon e Gracindo (2001), a literatura educacional utiliza os termos Gestão da Educação e Administração da Educação ora como sinônimos, ora como termos distintos. O termo gestão, às vezes, é utilizado como sendo um processo dentro da ação administrativa; algumas vezes é apresentado como sendo a intenção de politizar a ação administrativa; outras vezes, ainda, aparece com a conotação de prática de Gestão do ensino superior. Aí se constitui em prática social gerada pela forma tecnicista e descomprometida com a administração da educação que se desenvolveu na década de 70 e que levou a uma reação na utilização do termo por parte dos educadores (BORDIGNON; GRACINDO, 2001).

Superar as fraquezas e ameaças que rondam o IES é uma questão de honra para todos os atores do processo educacional. E é nessa perspectiva que a gestão educacional pode contribuir valorizando a formação de lideranças, motivação, o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentadas em concepções e não mais em modelos (LIBÂNEO, 2005).

Quando se pensa em gestão faz-se necessário uma ligação quase que imediata da organização administrativa e o estudo das peças que compõem essas estruturas de organização do trabalho humano. Porém, as mais avançadas teorias

administrativas jamais conseguiram inteiramente explicar e controlar o funcionamento do fator humano. Apesar do desenvolvimento de técnicas voltadas ao gerenciamento do trabalho humano, estas se revelam inábeis de prever a complexidade das situações cotidianas de trabalho.

Para Cury (2002), o termo gestão, etimologicamente, trata da relação de pelo menos, um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela atitude de buscar respostas que possam auxiliar na gerência da educação. Implica em utilizar-se do diálogo como forma elevada de encontro sobre pessoas e solução de conflitos.

Desta forma, cabe à IES ser uma instância crítica, com espaço para que todos possam ter participação garantida nos processos de gestão. Cabe a esta contribuir para a inclusão social, comprometendo-se explicitamente a favor da ecologia, de uma sociedade menos desigual, contra a violência, o racismo e a exploração. A oferta de cursos por si, não é capaz de propor mudanças significativas para o desenvolvimento da IES ou mesmo do País. Assim, como tão pouco apenas se preocupar com a análise do ambiente externo, para descobrir os as necessidades produtivas da região onde está inserida e oferecer cursos voltados para a necessidade local. Desta maneira, apenas se utiliza de uma gestão de espaço que reconheça e instale a adequação necessária ao conjunto das necessidades explicitadas, mas não contribui decisivamente sobre a formação crítica e participativa do profissional.

Percebemos alguns modelos de gestão que se apresentam para que a organização da instituição culmine com a maximização de resultados esperado. Destarte, pode-se acompanhar o mercado, percebendo tendências futuras como oportunidades para seu desenvolvimento estratégico (BRAGA; MONTEIRO, 2005).

Alguns modelos foram usados como referência nesta construção como o *taylorista*, *fayolista* e *webriano*, outrora industriais, rígidos e burocráticos. Assim, o docente é colocado, nessa perspectiva, em um patamar de formador e controlador da qualidade do produto-discente (FONSECA, 2008).

Diferente dos modelos acima apresentados, Nóbrega (2004) explicita que disrupção é o processo pelo qual a instituição entra em um mercado por baixo, em uma faixa menos exigente e permanece fazendo bem o que pratica. Os autores Ryon e Monteiro (2005) abordam o modelo disruptivo em gestão, como aquele que lida com o conhecimento das circunstâncias e do contexto, assim englobando os

elementos: empresa, produto, cliente, concorrentes, pessoas, processos, recursos e a liderança.

Um modelo de Gestão, normalmente é dado como uma forma ideal, uma forma de estruturação, um conjunto articulado de preceitos legais, uma hierarquia, uma forma de alcançar eficácia e maximização de recursos. Esse excesso de definições, segundo Lima (1999) possibilita-nos uma imagem plural de modelos de gestão e uma pluralidade de práticas possíveis. A gestão como ação de administrar negócios públicos ou privados se constitui em uma importante atividade em uma sociedade pluralista que se baseia no esforço cooperativo do homem através das organizações.

Ao longo da história, cada modelo administrativo traduziu em sua época, um comportamento de condução a resultados materiais ou sociais, variando conforme a teoria considerada. O modelo racional/técnico construído pela chamada Revolução Industrial vem sofrendo abalos desde o final do século XX evidenciando a indeterminação predominante no alvorecer do novo século, marcado pela mundialização e seus complexos contextos.

Neste cenário, a escola como instituição social vem sendo repensada de forma a experimentar uma cidadania ativa voltada para a formação de pessoas capazes de experimentar esta condição e ampliar os espaços de conhecimento que lhes garanta energia apropriada para conviver em um mercado competitivo e cada vez mais exigente. Embora a correlação entre escolaridade e renda não tenha se confirmado no Brasil, onde estudos do PNAD/IBGE/IPEA (2004/09) apontam para a redução daqueles que estavam sobre a linha da pobreza de 39% para 22%, ou seja, possuem renda explícita de 1 salário mínimo. Neste mesmo período, o índice de analfabetismo cresceu em outras faixas salariais engrossando o número absoluto de analfabetos.

A Igreja Católica, atenta a este quadro tomou a iniciativa de expandir as oportunidades de educação segundo os valores cristãos, tem encontrado apoio, inclusive, na legislação educacional brasileira que reconhece a educação confessional através do art. 20 da LBD 9394/96. Tal iniciativa acompanha o movimento de tradição que se iniciou por ocasião da colonização quando foram implantadas as primeiras escolas brasileiras de natureza católicas, onde se educava separadamente para cada gênero. Esta prática teve guarida até o limiar do século XX quando a iniciativa privada entrou no mercado e avançou na oferta de educação

em todos os níveis e modalidades e se acentuou com o advento da LDB 9394/96 que oficializou a oferta.

As IES Confessionais ancoram-se em uma concepção de gestão que segundo Nóbrega (apud BRAGA; MONTEIRO, 2005) está interligada com o aprendizado, ou seja, é uma ciência de apreender as circunstâncias e agir de acordo com elas. Saliencia ainda que a gestão é a busca de critérios para tomada de decisão com base em evidência empírica e no seu valor preditivo, cuja evidência empírica tem origem em nossa aprendizagem observadora dos acontecimentos e de seus resultados. Convém observar o conceito de gestão estratégica, que para Braga e Monteiro (2005, p. 150) “é um processo administrativo que visa dotar a instituição da capacidade de antecipar novas mudanças e ajustar as estratégias vigentes com a necessária velocidade e efetividade sempre que for necessário”.

A partir da compreensão referida, entendemos que a IES confessional se pauta por uma proposta pedagógica de ensino acadêmico que foca a vida e o mercado de trabalho, comprometendo-os com o exercício consciente de seu papel social a partir de uma cidadania plena, fermentando a mentalidade de quem tem seu olhar no futuro, qualidade própria daqueles que deixaram de ser passivos diante do agora, para serem agentes transformadores, olhando sempre para o hoje, como o futuro que já começou e pelo qual são responsáveis.

Desta forma, a concepção de gestão tradicional, expressa por Sabia e Rossinholi (2001, p. 57), está mais distante dos propósitos de uma IES confessional, pois se afirma que tal concepção possui características de uma estrutura organizacional verticalizada, com formato piramidal: o processo decisório é centralizado; o planejamento é rudimentar, existindo apenas em algumas áreas específicas e estas desvinculadas umas das outras; e, não existem instrumentos efetivos de controle.

4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ASPECTOS LEGAIS

As normas gerais que regem o ensino superior brasileiro, tanto público como privado, constam de dois instrumentos legais principais: a Constituição Federal de 1988 (artigos 207, 208, 213 e 218) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996). Além destes instrumentos principais, existe um grande número de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho

Nacional de Educação, Conselhos Profissionais e outros órgãos e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande frequência, visando regulamentar e implementar as normas constitucionais e da LDB. A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) mantém uma publicação anual que reúne estas normas.

No Brasil, a questão educacional surge como um tema socialmente problematizado no cerne da própria estrutura do Estado-Nação. Refletir sobre a gestão da educação requer a compreensão das políticas públicas que direcionam de forma legal, social, econômica e política a educação no Brasil, em todos os níveis e modalidades. O projeto ou formulação da política pública é definido no espaço político, concebido como um processo extra-racional de trocas e indeterminações, conflito e poder (VIANA, 1988).

O panorama atual do ensino superior no País evidencia o surgimento de novos atores e a proliferação das mais variadas instituições, compondo um quadro bastante heterogêneo e complexo. A formulação e o avanço de políticas consequentes, voltadas para a melhoria da qualidade e ampliação do ensino fundamental e médio têm contribuído para o aumento da demanda por novas vagas e pelo acesso ao ensino superior no Brasil. A lei 9394/96 em seus arts. 16 e 20 e alguns decretos consequentes dela, classificou as IES:

Art.16 - O sistema de ensino federal compreende:

I - instituições de ensino mantidas pela união;

II – as instituições de ensino criadas pela iniciativa privada;

III – os órgãos federais de educação;

Art. 20 – As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – particulares em sentido estrito, assim entendido as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem características nos incisos abaixo:

II – comunitárias, assim entendido as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativa de professores e alunos que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

III – confessionais, assim entendido as que são constituídas por grupo de pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologias específicas e ao disposto no art. Anterior

IV – Filantropia na forma da lei.

Além do sistema federal, o ensino superior brasileiro compreende, também, os sistemas estaduais e municipais. No Sistema Federal estão as IES federais (mantidas pela União) as faculdades e universidades particulares e chamados

centros universitários particulares. As universidades estaduais estão sob a jurisdição dos respectivos sistemas estaduais. Para efeito de conceitualização conforme o decreto 3.860/2000, art.8º, as universidades na forma do art.207 da Constituição Federal, caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo ainda ao que dispõem os art. 52, 53 e 54 da lei 9394/96 (LDB), são pluricurriculares na formação de seus quadros profissionais de nível superior e de domínio e cultivo do saber humano e atendem requisitos acadêmicos e de infraestrutura.

Segundo Schwartzman e Schwartzman (2002, p.9) existe outro extremo de interesses “que defendem que as instituições privadas, sobretudo as de natureza confessional, religiosa e comunitária, desempenham função social relevante e deveriam ser subvencionadas com recursos públicos, que não deveriam ser limitados ao financiamento das instituições estatais”. Deste modo, ainda resta muito a ser questionado sobre políticas e aspectos legais que regem estas instituições confessionais. O que deixa clara a necessidade de um estudo continuado sobre esta temática.

5 CONSIDERAÇÕES

A partir da reflexão sobre as diferentes abordagens teóricas relevantes para a gestão de uma IES é possível constatar que não existe uma receita pronta, infalível para geri-la. O estudo sugere caminhos disponíveis em função de teorias apontadas como referencia para a competitividade adequada à demanda nacional. Cabe à gestão buscar a melhor forma e seguir adiante, garantindo que os objetivos dos alunos, dos professores, dos mantenedores sejam ajustados e conexos com a gama de interessados no processo. Embora o crescimento do número de instituições de Ensino Superior tenha ensejado e fortalecido o foco no negócio, é preciso fazer a diferença entre direito e prestação de serviço e apontar para a responsabilidade social de preparação de um profissional consciente de seus atos e comprometido com o desenvolvimento da sociedade. A transferência pura e simples do conhecimento, sem o preparo crítico e capaz de proposições de mudança significativas e a ausência de análise do ambiente externo, impede a leitura crítica dos arranjos produtivos locais e regionais que possibilitam o exercício competente e verdadeiro da ação acadêmica proposta. Entender a educação é olhar o aluno como

resultado de todo o processo, convergindo na formação de um cidadão autônomo e consciente de suas responsabilidades perante a sociedade e seu País. É preciso que a instituição cresça atraindo e mantendo seus alunos, sem perder o foco das variáveis externas a alavancagem das oportunidades e a minimização das ameaças. Além disso, potencializar os recursos internos e o desenvolvimento de alternativas para atender a um mercado em constante mutação, pela soma das reflexões e experiências e olhar produtivo como oportunidade de ver o mundo de forma diferente, fortalece a equipe na autenticidade das posições e consenso do grupo.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. Aguiar (Org). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAGA, R.; MONTEIRO, C. **Planejamento estratégico** – Sistêmico para Instituições de Ensino. São Paulo: Hopper, 2005.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2004). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/coeficiente_brasil.shtm>. Acesso em: 01 jul. 2012.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2004). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional De Educação**. Brasília: 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.
CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n.2, 2002, v. 18, n. 2, p. 163-174.

FONSECA, S. **Modelos de gestão como “poder organizador” nas IES de administração**. 2008. Disponível em: <http://www.raui2008.ul.pt/documentos/raui/sonia_fonseca.pdf> Acesso: 13 fev. 2011.

LIBANEO, J. C. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, L.C. **Construindo modelos de gestão escolar**. Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1999 (Cadernos de Organização e Gestão Curricular).

Disponível em: <<http://www.iie.minedu.pt/edicoes/livros/ccoge>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

MOREIRA, H. CALEFFE, L.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NÓBREGA, C. **A ciência da gestão** – marketing, inovação, estratégia: um físico explica a gestão – a maior inovação do século XX – com uma ciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Senc, 2004.

RAMOS, E.; MENDONÇA, N.; NASSER, S. **Avaliação da qualidade do ensino: fazendo e aprendendo**. Florianópolis, SC: UFSC, 1994.

TACHIZAWA, T, ANDRADE, R.O. B. **Gestão de Instituições de Ensino**. 4. Ed. Rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DRUCKER, P.F.T. Tradução de HESSELBEIN, F. et.al. **O Líder do Futuro: visões estratégias e práticas para uma nova era**. São Paulo: Futura, 1996.

SABIA C.P.P. ROSSINHOLI, M. **Profissionalização da Gestão das Instituições de Ensino Superior privada na década de 90**. In: XII ENANGRAD, 2001. São Paulo, Anais.

SCHWARTZMAN, J., SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior privado como setor econômico**. 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-98-2013-o-ensino-superior-privado-como-setor-economico.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_cap3.htm> Acesso em: 13 jun. 2012.

VIANA, A. L. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisas NEPP**, Campinas, n.5, 1988.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

SOBRE OS AUTORES

Maria Dias Cavalcante Vieira

Mestre em Gestão Pública – EUVA, Diretora Acadêmica da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

E-mail: *mariavieira@fcrs.edu.br*.

Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim

Mestre em Educação Brasileira – UFC, docente e assessora pedagógica da Faculdade Católica Rainha do Sertão, tutora da UAB-UFC e orientadora/tutora da UAB-UECE.

E-mail: *anapaula_tahim@yahoo.com.br*.